

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/41102	52520/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFG - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

João Vasconcelos Barros Rodrigues (1 / 1)  
Presidente da Câmara Municipal  
Data Assinatura: 12/02/2025  
HASH: 727a7aeef1a280377f3c4e669c031f9



## PROPOSTA DE DECISÃO PRELIMINAR

**Processo:** 48133/2025

**Resolução com número e data apresentados na margem**

**Procedimento:** Insalubridade

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Proposta de notificação ao proprietário para proceder à limpeza de logradouro

Local: Terreno nas traseiras dos prédios nº 87/89 na Avenida Barros e Soares - Nogueira

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/39592 de 2 de Dezembro de 2025.

### RESOLUÇÃO

Face à informação prestada pela agente fiscalizadora que, em deslocação ao local a 18/11/2025, constatou que o logradouro identificado no processo se encontra com lixo/sucata/vegetação suscetível de afetar a saúde pública e o ambiente e/ou provocar risco de incêndio, em violação do disposto no artigo C-1/27.º do Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB), pelo que, foi elaborada a respetiva Participação (PI-1024-2025), de modo a que o Departamento Jurídico instaure o competente processo contraordenacional.

Assim, propõe-se superiormente a notificação do proprietário do logradouro:

- Para, num prazo de quinze (15) dias proceder à limpeza do mesmo, tendo em conta a violação do disposto no artigo C-1/27.º do CRMB; e
- Informando, ainda, que dispõe do prazo de dez (10) dias úteis para se pronunciar, por escrito, acerca de tal projeto de decisão, bem como requerer diligências complementares e/ou juntar elementos que considere relevantes, em sede de direito à audiência prévia dos interessados, conforme o disposto no artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo.

Findo o prazo de audiência prévia sem que se pronuncie:

- Presume-se a aceitação do presente projeto de decisão, transformando-se este automaticamente em decisão final;
- Dispõe do prazo de quinze (15) dias úteis para proceder voluntariamente à realização dos trabalhos de limpeza do logradouro.



Decorrido o prazo sem que tenha sido dado cumprimento aos termos da presente notificação, o Município procederá coercivamente à limpeza do logradouro, imputando posteriormente os custos havidos com tal operação ao/à proprietário/a (conforme o disposto no artigo C-1/27.º do CRMB),

**Mais se propõe que seja dado conhecimento ao/à denunciante das diligências em curso.**

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**

